



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

Aprova o repasse de incentivo financeiro de investimento, visando fomentar as adequações necessárias para que os Centros Colaboradores (CC) ampliem o escopo de atuação, e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;
- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o sistema de vigilância em saúde e a organização do sistema nacional de laboratórios de saúde pública;
- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde;

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- a Resolução CNS nº 588, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS);
- a Portaria GM/MS nº 888, de 04 de maio de 2021 e a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2.472, de 28 de setembro de 2021, que alteram a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;
- a Deliberação CIB SUS/ MG nº 1.940, de 16 de setembro de 2014, que aprova o credenciamento da Rede Estadual de Laboratórios para o Monitoramento da Infecção pelo HIV e Hepatites Virais no âmbito do Estado de Minas Gerais, a reprogramação na Programação Pactuada Integrada das metas físicas e financeiras relacionadas e dá outras providências;
- a Deliberação CIB SUS/ MG nº 1.994, de 18 de novembro de 2014, que altera o Anexo II da Deliberação CIB SUS/MG nº 1.940, de 16 de setembro de 2014;
- a Deliberação CIB SUS/ MG nº 2.802, de 13 de novembro de 2018, que aprova a expansão da Rede de Teste Rápido Molecular para Tuberculose (TRM-TB) no Estado de Minas Gerais e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.576, de 21 de outubro de 2021, que aprova as diretrizes para o repasse de incentivo financeiro, em caráter excepcional, para custeio de Centros Colaboradores (CC), visando fomentar a descentralização da vigilância laboratorial e dá outras providências;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.604, de 08 de novembro de 2021, que aprova a alteração da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.576, de 21 de outubro de 2021;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.646, de 30 de novembro de 2021, que aprova a alteração da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.576, de 21 de outubro de 2021;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.681, de 16 de dezembro de 2021, que aprova a relação dos municípios beneficiários e a cota de testes por Microrregião para distribuição de repasse de incentivo financeiro para o custeio excepcional de Centros Colaboradores (CC) disposto no Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.576, de 21 de outubro de 2021;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.918, de 17 de agosto de 2022, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.576, de 21 de outubro de 2021;
- a Resolução SES/MG nº 632, de 29 de março de 2001 que cria a Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública em Minas Gerais (RELSP/MG);

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- a Resolução SES/MG nº 3.506, de 14 de novembro de 2012, que institui diretrizes para revitalização da Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública de Minas Gerais - RELSP-MG;
- a Resolução SES/MG nº 7.076, de 03 de abril de 2020, que dispõe sobre a organização dos processos de trabalho das Superintendências Regionais de Saúde e Gerências Regionais de Saúde;
- a Resolução SES/MG nº 7.797, de 21 de outubro de 2021, que estabelece as diretrizes para o repasse de incentivo financeiro, em caráter excepcional, para o custeio de Centros Colaboradores (CC), visando fomentar a descentralização da vigilância laboratorial, por meio da habilitação e atuação em rede;
- a Resolução SES/MG nº 7.839, de 08 de novembro de 2021, que altera o Anexo I da Resolução SES/MG nº 7.797, de 21 de outubro de 2021;
- a Resolução SES/MG nº 7.893, de 30 de novembro de 2021, que altera a Resolução SES/MG nº 7.797, de 21 de outubro de 2021;
- a Resolução SES/MG nº 7.935, de 16 de dezembro de 2021, que divulga a relação dos municípios beneficiários e a cota de testes por Microrregião para distribuição de repasse de incentivo financeiro para o custeio excepcional de Centros Colaboradores (CC);
- a Resolução SES/MG nº 8.298, de 17 de agosto de 2022, que altera o Art. 7º e o Anexo II da Resolução SES/MG nº 7.797, de 21 de outubro de 2021;
- a necessidade técnica de descentralização de algumas análises laboratoriais realizadas em amostras biológicas humanas, animais e ambientais, para fins de vigilância em saúde, incluindo as análises relacionadas ao Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA) e ao Programa de Vigilância Entomológica;
- a necessidade de readequar e aprimorar os processos de trabalho das redes atuais, principalmente relacionados a rede laboratorial da malária, chagas, leishmaniose tegumentar americana (LTA), leishmaniose visceral humana (LVH), tuberculose, HIV e hepatites virais;
- a extensão territorial e populacional peculiar do estado de Minas Gerais, que consiste na Unidade da Federação com o segundo maior contingente populacional e com o maior número de municípios – 853, ao todo;
- a elevada heterogeneidade regional e a necessidade de elaboração de políticas públicas que busquem melhorar as condições do acesso aos serviços de saúde;
- a experiência exitosa na descentralização de análises laboratoriais de maior complexidade para os laboratórios localizados em instituições de pesquisa, promovendo o intercâmbio técnico-científico loco-regional, visando a geração de dados qualificados para a gestão da saúde local; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 291ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09 de novembro de 2022.

MINUTA CIB



DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovado o repasse de incentivo financeiro de investimento, visando fomentar as adequações necessárias para que os Centros Colaboradores (CC) ampliem o escopo de atuação, e dá outras providências, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Parágrafo único – É finalidade, ainda, da presente ação o apoio a modernização e fortalecimento das ações laboratoriais para a vigilância em saúde ambiental e o monitoramento de doenças de notificação compulsória em Minas Gerais.

Art. 2º – Fica aprovado o repasse de incentivo financeiro de investimento, visando fomentar as adequações necessárias para que os Centros Colaboradores (CC) ampliem o escopo de atuação, nos termos no Anexo Único desta Deliberação.

Art. 3º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2022.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).

MINUTA CIB



RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre o repasse de incentivo financeiro de investimento, visando fomentar as adequações necessárias para que os Centros Colaboradores (CC) ampliem o escopo de atuação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 09 de novembro de 2022, que aprova o repasse de incentivo financeiro de investimento, visando fomentar as adequações necessárias para que os Centros Colaboradores (CC) ampliem o escopo de atuação, e dá outras providências.

MINUTA CIB



RESOLVE:

Art. 1º - Dispor sobre o repasse de incentivo financeiro de investimento, visando fomentar as adequações necessárias para que os Centros Colaboradores (CC) ampliem o escopo de atuação, nos termos desta Resolução.

§ 1º – O disposto no *caput* deste artigo visa estabelecer critérios de habilitação e classificação dos municípios do estado de Minas Gerais para a Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública de Minas Gerais.

§ 2º - Para os fins desta Resolução, entende-se por Centros Colaboradores (CC), laboratórios que realizam análises de caráter clínico-científico, inseridos em Secretarias Municipais de Saúde (SMS), universidades estaduais ou federais, centros de pesquisa ou entidades filantrópicas.

Art. 2º - Os centros colaboradores serão habilitados e classificados conforme as quatro tipologias de unidade, descritas a seguir, observadas as metodologias analíticas operacionalizadas no laboratório:

I – Laboratório de Saúde Pública Tipo A: realizar análises clínicas para diagnóstico de Chagas, Malária, Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) e Leishmaniose Visceral (LV) pelos métodos: Gota espessa, Método de Strout e creme leucocitário; parasitológico direto; Imunocromatografia; Enzimaimunoensaio; e de Tuberculose pelos métodos: IGRA, Teste Rápido Molecular, Baciloscopia, Cultura e Teste de Sensibilidade;

II – Laboratório de Saúde Pública Tipo B: realizar análise microbiológica pelo método do substrato cromogênico e físico-químicas que incluem a aferição de pH e turbidez, e dosagem de fluoreto no âmbito do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA), dentre outras;

III – Laboratório de Saúde Pública Tipo C: realizar análise entomológica: Chagas - Identificação de espécie Triatomíneo; Leishmanioses - Identificação de espécie de flebotomíneo; Malária - Identificação de *Anopheles*; Febre maculosa - identificação de carrapato; Dengue: Identificação de larvas e pupas de Aedes; e

IV - Laboratório de Saúde Pública Tipo D: realizar análises referente a Rede de HIV e Hepatites virais - contagem de CD4+, carga viral de HBV, HCV, HIV, mediante a alocação de equipamentos pelo Ministério da Saúde.

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

§ 1º - Um único Centro Colaborador (CC) poderá ser indicado para executar o escopo do Laboratório de Saúde Pública do Tipo A, B, C e D em sua região referenciada, conforme descrito no § 2º deste artigo.

§ 2º - Os Laboratório de Saúde Pública do Tipo A, B, C e D deverão ser estruturados com o propósito de ampliar o acesso e a cobertura, além de qualificar a vigilância laboratorial nas áreas de abrangência da população a ser atendida, conforme organização territorial disposta no Anexo I desta resolução.

Art. 3º - Os municípios habilitados receberão incentivo financeiro destinado à aquisição de material permanente de acordo com o escopo laboratorial disposto no caput do art. 2º desta Resolução.

§ 1º - Os valores a serem repassados aos municípios contemplados foram calculados a partir dos custos estimados de aquisição de equipamentos, sendo observadas as tipologias de cada Laboratório de Saúde Pública, conforme abaixo:

I – Tipo A: Valor do Incentivo – R\$35.000,00 (Trinta e cinco mil reais);

II – Tipo B: Valor do Incentivo – R\$122.000,00 (Cento e vinte e dois mil reais); e

III – Tipo C: Valor do Incentivo – R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais).

§ 2º - Para a estruturação de Laboratórios do Tipo D será realizada a alocação de equipamentos disponibilizados pelo Ministério da Saúde, não havendo contemplação com recurso para aquisição de equipamentos.

Art. 4º - Os municípios interessados no recebimento de incentivo financeiro para a adequação de laboratórios em Centros Colaboradores (CC) deverão enviar à Coordenação Estadual de Laboratórios e Pesquisa em Vigilância da Subsecretaria de Vigilância em Saúde através do e-mail celp@saude.mg.gov.br, até o dia 18 de novembro de 2022, a documentação disposta no Anexo II desta resolução, para fins de habilitação.

§ 1º - Serão habilitados os municípios cuja documentação esteja completa, isto é, contenha todos os documentos exigidos no Anexo II.

§ 2º - Nos casos em que for constatada a ausência de algum dos documentos ou o não atendimento às especificações exigidas, a documentação será devolvida ao interessado para que possa tomar as devidas providências e, caso seja de seu interesse, reencaminhar a documentação no prazo de cinco dias úteis, a contar da data do ofício de notificação.

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Art. 5º - As solicitações de habilitação e classificação serão analisadas e aprovadas, de acordo com os critérios estabelecidos nesta Resolução, pela Coordenação Estadual de Laboratórios e Pesquisa em Vigilância da Subsecretaria de Vigilância em Saúde.

Art. 6º - Após análise da documentação, os municípios serão considerados classificados ou não classificados para contemplação com recurso.

§ 1º - Caso o número de municípios e Centros Colaboradores (CC) classificados seja maior que a disponibilidade orçamentária destinada a cada tipo de laboratório, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

I - ser município-sede de macrorregião ou de microrregião de saúde; e

II - possuir o CC com a capacidade instalada para realizar todo o escopo da resolução (Tipo A, B, C e D, se for o caso).

§ 2º - Persistindo o empate, será selecionado o CC que possua a maior capacidade instalada.

Art. 7º - O valor global do incentivo financeiro de que trata esta Resolução perfaz o montante R\$ 2.898.000,00 (dois milhões e oitocentos e noventa e oito mil reais) e correrão à conta das dotações orçamentárias nºs 4291.10.305.150.4349.0001 - 444142 - 10.1 e 4291.10.305.150.4349.0001 - 444542 - 10.1.

§ 1º - Os recursos financeiros serão transferidos em parcela única, do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, em conta específica e exclusiva.

§ 2º - Os recursos destinados nesta política deverão ser investidos em um Centro Colaborador (CC) para atendimento da população referenciada.

§ 3º - Para a formalização do repasse do incentivo financeiro de que trata esta Resolução deverá ser assinado Termo Compromisso no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais de Saúde (SiG-RES) ou outro meio autorizado pela SES/MG.

Art. 8º - Os recursos financeiros deverão ser movimentados pelos Municípios em conta específica e executados em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do recebimento da parcela única.

§ 1º - O período de monitoramento e as fontes de comprovação para fins de prestação de contas estão descritos no Anexo III.

MINUTA CIB



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

§ 2º – O município beneficiário deverá informar a SES/MG em caso de desistência do Centro Colaborador (CC) durante o processo de adequação e realizar a busca ativa de outro CC para integrar a rede.

§ 3º – Em caso de desistência do CC indicado, a indicação de um novo CC deverá ser realizada à SES/MG através do e-mail celp@saude.mg.gov.br em até 30 dias úteis.

Art. 9º - A SES/MG divulgará o resultado da habilitação mediante homologação em ato específico do Secretário de Estado de Saúde.

Art. 10 - A transferência dos recursos financeiros aos municípios-sede dos CC, bem como seu monitoramento e prestação de contas, seguirão as normas estabelecidas no Termo de Compromisso disponível no SiG-RES ou em sistema equivalente, observado o disposto no Decreto 45.468/2010, e nas Resoluções SES/MG nº 4.606/2014 e 7.094/2020.

Art. 11 - Os indicadores a serem monitorados estão relacionados às responsabilidades dos municípios classificados e selecionados, conforme disposto no Anexo III desta Resolução.

Art. 11 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 09 de novembro de 2022.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXOS I, II E III DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).

MINUTA CIB



ANEXO I DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISTRIBUIÇÃO DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA (CENTROS COLABORADORES) DE ACORDO COM ESCOPO DE ANÁLISES A SEREM AMPLIADAS

Classificação do Laboratório de Saúde Pública de acordo com escopo de análises	Número de laboratórios a serem contemplados na macrorregião de saúde	Número de laboratórios a serem contemplados no estado
Tipo A*	1	14
Tipo B	1	14
Tipo C	1	14
Tipo D*	Personalizado de acordo com as características do território	4

*De acordo com a disponibilidade atual de equipamentos para serem alocados pela SES/MG e/ou Ministério da Saúde, no âmbito dessa resolução, as análises laboratoriais referentes à Rede de HIV e Hepatites, e as análises referente a Rede de Tuberculose (com exceção do IGRA), serão descentralizadas apenas para 1 Centro na Macro Sudeste, 1 Centro na Macro Triângulo do Sul, 1 Centro na Macro Norte e 1 Centro na Macro Nordeste. No caso de não haver disponibilidade de Centros nessas regiões, os equipamentos serão redirecionados para outras macrorregiões mediante avaliação da SES/MG e disponibilidade dos Centros. A organização da (s) rede (s) agravo-específica deverá ser atualizada posteriormente em Resolução (ões) específica (s).

MINUTA CIB



ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER ENCAMINHADOS PARA HABILITAÇÃO DO
MUNICÍPIO

ITEM	RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS
1	<u>Termo de Metas assinado pelo Centro Colaborador (Modelo Anexo)</u>
2	<u>Proposta de plano de trabalho</u> , assinada pelo (a) prefeito (a) ou secretário de saúde indicando o (s) Centro (s) Colaborador (es), identificando a classificação do Tipo do Laboratório (A, B, C, D) de acordo com o escopo de análises que serão descentralizadas para o (s) laboratório (s) candidato (s), capacidade operacional estimada, prazos estimados para estruturação do laboratório e início das atividades.
3	<u>Comprovante de abertura de conta corrente pela gestão municipal</u> específica para a resolução, emitido pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou outro banco público, contendo o nº da agência e conta corrente.
4	<u>Planta de localização e Relatório Fotográfico Colorido</u> , identificando claramente o local de execução das análises laboratoriais e assinado por um servidor da prefeitura OU pelo engenheiro/arquiteto/técnico em edificações responsável OU pelo (a) prefeito (a).

MINUTA CIB



ANEXO III DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 09 DE NOVEMBRO DE 2022.

INDICADORES

Indicador	Descrição do indicador	Método de Cálculo	Fonte da Informação	Unidade de Medida	Polaridade	Prazo	Meta	Período de Monitoramento e validação dos resultados
Porcentagem de recurso movimentado em conta específica (quando o Centro Colaborador (CC) não estiver inserido na gestão municipal)	Descentralizar o recurso financeiro para o CC indicado, por meio de instrumento jurídico apropriado	Valor de recurso transferido para o CC / Valor global de recurso recebido através do Fundo Estadual de Saúde (FES) x 100	Extrato de Publicação Oficial	Porcentagem	Maior, melhor	180 dias	100%	Período de monitoramento: até 31 de junho de 2023 e Validação dos resultados: 60 (sessenta) dias após o período de monitoramento

MINUTA CIB



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Porcentagem de recurso movimentado em conta específica (quando o CC estiver inserido na gestão municipal)	Executar o recurso financeiro para adequação do CC sob gestão municipal	Valor de recurso executado / Valor global de recurso recebido através do Fundo Estadual de Saúde (FES) x 100	Contrato para aquisição de equipamentos	Porcentagem	Maior, melhor	180 dias	100%	Período de monitoramento: até 31 de junho de 2023 e Validação dos resultados: 60 (sessenta) dias após o período de monitoramento
Número de inspeções sanitárias realizadas para viabilizar o funcionamento do CC	Acompanhar o processo de adequação estrutural do (s) laboratório (s) e realizar a inspeção para expedição de licença (s) sanitária (s) de sua competência	Somatório de relatórios de inspeção sanitária realizada	Relatório de Inspeção	Número inteiro	Maior, melhor	08 meses	01 por CC	Período de monitoramento: até 31 de agosto de 2023 e Validação dos resultados: 60 (sessenta) dias após o período de monitoramento

MINUTA CIB